

Supremo Tribunal Federal

• • •

Jurisprudência Cível

• • •

**AG. REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM  
AGRAVO 745.745 – MG**

**RELATOR: MIN. CELSO DE MELLO**

**AGTE.(S): MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**

**PROC.(A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**

**AGDO.(A/S): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**PROC.(A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO (LEI Nº 12.322/2010) – MANUTENÇÃO DE REDE DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – DEVER ESTATAL RESULTANTE DE NORMA CONSTITUCIONAL – CONFIGURAÇÃO, NO CASO, DE TÍPICA HIPÓTESE DE OMISSÃO INCONSTITUCIONAL IMPUTÁVEL AO MUNICÍPIO – DESRESPEITO À CONSTITUIÇÃO PROVOCADO POR INÉRCIA ESTATAL (RTJ 183/818-819) – COMPORTAMENTO QUE TRANSGRIDE A AUTORIDADE DA LEI FUNDAMENTAL DA REPÚBLICA (RTJ 185/794-796) – A QUESTÃO DA RESERVA DO POSSÍVEL: RECONHECIMENTO DE SUA INAPLICABILIDADE, SEMPRE QUE A INVOCAÇÃO DESSA CLÁUSULA PUDE COMPROMETER O NÚCLEO BÁSICO QUE QUALIFICA O MÍNIMO EXISTENCIAL (RTJ 200/191-197) – O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS INSTITUÍDAS PELA CONSTITUIÇÃO E NÃO EFETIVADAS PELO PODER PÚBLICO – A FÓRMULA DA RESERVA DO POSSÍVEL NA PERSPECTIVA DA TEORIA DOS CUSTOS DOS DIREITOS: IMPOSSIBILIDADE DE SUA INVOCAÇÃO PARA LEGITIMAR O INJUSTO INADIMPLEMENTO DE DEVERES ESTATAIS DE PRESTAÇÃO CONSTITUCIONALMENTE IMPOSTOS AO PODER PÚBLICO – A TEORIA DA “RESTRICÇÃO DAS RESTRICÇÕES” (OU DA “LIMITAÇÃO DAS LIMITAÇÕES”) – CARÁTER COGENTE E VINCULANTE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS,**

*INCLUSIVE DAQUELAS DE CONTEÚDO PROGRAMÁTICO, QUE VEICULAM DIRETRIZES DE POLÍTICAS PÚBLICAS, ESPECIALMENTE NA ÁREA DA SAÚDE (CF, ARTS. 6º, 196 E 197) – A QUESTÃO DAS “ESCOLHAS TRÁGICAS” – A COLMATAÇÃO DE OMISSÕES INCONSTITUCIONAIS COMO NECESSIDADE INSTITUCIONAL FUNDADA EM COMPORTAMENTO AFIRMATIVO DOS JUÍZES E TRIBUNAIS E DE QUE RESULTA UMA POSITIVA CRIAÇÃO JURISPRUDENCIAL DO DIREITO – CONTROLE JURISDICIONAL DE LEGITIMIDADE DA OMISSÃO DO PODER PÚBLICO: ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO JUDICIAL QUE SE JUSTIFICA PELA NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DE CERTOS PARÂMETROS CONSTITUCIONAIS (PROIBIÇÃO DE RETROCESSO SOCIAL, PROTEÇÃO AO MÍNIMO EXISTENCIAL, VEDAÇÃO DA PROTEÇÃO INSUFICIENTE E PROIBIÇÃO DE EXCESSO) – DOCTRINA – PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM TEMA DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DELINEADAS NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA (RTJ 174/687 – RTJ 175/1212-1213 – RTJ 199/1219-1220) – EXISTÊNCIA, NO CASO EM EXAME, DE RELEVANTE INTERESSE SOCIAL – RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO.*

#### ACÓRDÃO

**Vistos, relatados e discutidos** estes autos, **acordam** os Ministros do Supremo Tribunal Federal, **em Segunda Turma**, sob a Presidência do Ministro Teori Zavascki, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, **por unanimidade** de votos, **em negar provimento** ao recurso de agravo, **nos termos** do voto do Relator.

Brasília, 02 de dezembro de 2014.

CELSO DE MELLO – RELATOR

#### RELATÓRIO

**O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO – (Relator):** Trata-se de recurso de agravo, *tempestivamente interposto*, **contra** decisão **que conheceu** do agravo (**previsto e disciplinado na Lei nº 12.322/2010**), **para negar seguimento** ao recurso extraordinário, **eis que** o acórdão recorrido **está em harmonia** com diretriz jurisprudencial prevalecente nesta Suprema Corte.

**Inconformada** com esse ato decisório, a parte ora agravante **interpõe** o presente recurso, **postulando o provimento** do agravo que deduziu.

**Por não me convencer** das razões expostas, **submeto**, *à apreciação desta colenda Turma*, o presente recurso de agravo.

**É o relatório.**

## VOTO

**O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO – (Relator):** Não assiste razão à parte ora recorrente, eis que a decisão agravada **ajusta-se, com integral fidelidade, à diretriz jurisprudencial firmada** pelo Supremo Tribunal Federal na matéria ora em exame.

*Com efeito, a discussão sobre a essencialidade do direito à saúde fez com que o legislador constituinte qualificasse, como prestações de relevância pública, as ações e serviços de saúde (CF, art. 197), em ordem a legitimar a atuação do Poder Judiciário naquelas hipóteses em que os órgãos estatais, anormalmente, deixassem de respeitar o mandamento constitucional, frustrando-lhe, arbitrariamente, a eficácia jurídico-social, seja por intolerável omissão, seja por qualquer outra inaceitável modalidade de comportamento governamental desviante.*

*Assim, a questão central da presente causa é verificar se se revela possível ao Judiciário, sem que incorra em ofensa ao postulado da separação de poderes, determinar a adoção, pelo Município, quando injustamente omissos no adimplemento de políticas públicas constitucionalmente estabelecidas, de medidas ou providências destinadas a assegurar, concretamente, à coletividade em geral, o acesso e o gozo de direitos afetados pela inexecução governamental de deveres jurídico-constitucionais.*

**Observo, quanto a esse tema, que, ao julgar a ADPF 45/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, proferi decisão assim ementada (Informativo/STF nº 345/2004):**

**ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. A QUESTÃO DA LEGITIMIDADE CONSTITUCIONAL DO CONTROLE E DA INTERVENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO EM TEMA DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, QUANDO CONFIGURADA HIPÓTESE DE ABUSIVIDADE GOVERNAMENTAL. DIMENSÃO POLÍTICA DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL ATRIBUÍDA AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INOPONIBILIDADE DO ARBÍTRIO ESTATAL À EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E CULTURAIS. CARÁTER RELATIVO DA LIBERDADE DE CONFORMAÇÃO DO LEGISLADOR. CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA CLÁUSULA DA “RESERVA DO POSSÍVEL”. NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO, EM FAVOR DOS INDIVÍDUOS, DA INTEGRIDADE E DA INTANGIBILIDADE DO NÚCLEO CONSUBSTANCIADOR DO “MÍNIMO EXISTENCIAL”. VIABILIDADE INSTRUMENTAL DA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO NO PROCESSO DE CONCRETIZAÇÃO DAS LIBERDADES POSITIVAS (DIREITOS CONSTITUCIONAIS DE SEGUNDA GERAÇÃO). Salientei, então, em referida decisão, que o Supremo Tribunal Federal, considerada a dimensão política da jurisdição constitucional outorgada a esta Corte, não pode demitir-se do gravíssimo encargo de tornar efetivos os direitos econômicos, sociais e culturais que se identificam – enquanto direitos de segunda geração (ou de segunda dimensão)**

– **com** as liberdades positivas, reais **ou** concretas (RTJ 164/158-161, Rel. Min. CELSO DE MELLO – RTJ 199/1219-1220, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.).

**É que, se assim não for, restarão comprometidas a integridade e a eficácia da própria Constituição, por efeito de violação negativa do estatuto constitucional, motivada por inaceitável inércia governamental no adimplemento de prestações positivas impostas ao Poder Público, consoante já advertiu, em tema de inconstitucionalidade por omissão, por mais de uma vez (RTJ 175/1212-1213, Rel. Min. CELSO DE MELLO), o Supremo Tribunal Federal:**

**DESRESPEITO À CONSTITUIÇÃO – MODALIDADES DE COMPORTAMENTOS INCONSTITUCIONAIS DO PODER PÚBLICO.**

– **O desrespeito** à Constituição **tanto** pode ocorrer mediante **ação** estatal **quanto** mediante **inércia** governamental. **A situação de inconstitucionalidade** pode derivar de um **comportamento ativo** do Poder Público, **que age** ou **edita** normas **em desacordo** com o que dispõe a Constituição, **ofendendo-lhe**, assim, os preceitos e os princípios que nela se acham consignados. **Essa conduta estatal**, que importa em um **“facere”** (atuação positiva), gera a inconstitucionalidade **por ação**.

– **Se o Estado deixar de adotar** as medidas **necessárias à realização concreta** dos preceitos da Constituição, **em ordem** a torná-los efetivos, operantes e exequíveis, **abstendo-se**, em conseqüência, **de cumprir o dever de prestação** que a Constituição **lhe impôs**, **incidirá em violação negativa** do texto constitucional. Desse **“non facere”** ou **“non praestare”**, resultará a inconstitucionalidade **por omissão**, que pode ser **total**, quando **é nenhuma** a providência adotada, **ou parcial**, quando **é insuficiente** a medida efetivada pelo Poder Público.

– **A omissão do Estado – que deixa de cumprir**, em maior ou em menor extensão, **a imposição** ditada pelo texto constitucional – **qualifica-se** como comportamento **revestido** da maior gravidade político-jurídica, eis que, **mediante inércia**, o Poder Público **também desrespeita** a Constituição, **também ofende** direitos que nela se fundam e **também impede**, por ausência de medidas concretizadoras, **a própria aplicabilidade** dos postulados e princípios da Lei Fundamental.

(RTJ 185/794-796, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno)

**É certo – tal como observei no exame da ADPF 45/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO (Informativo/STF nº 345/2004) – que não se inclui, ordinariamente, no âmbito das funções institucionais do Poder Judiciário – e nas desta Suprema Corte, em especial**

– a atribuição de formular e de implementar políticas públicas (ANDRADE, José Carlos Vieira de. *Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*. Coimbra: Almedina, 1987 item nº 05, p. 207.), pois, nesse domínio, o encargo reside, primariamente, nos Poderes Legislativo e Executivo.

**Impende assinalar, contudo, que a incumbência de fazer implementar** políticas públicas **fundadas** na Constituição **poderá** atribuir-se, *ainda que excepcionalmente*, **ao Judiciário, se e quando** os órgãos estatais competentes, **por descumprirem** os encargos político-jurídicos que sobre eles incidem em caráter vinculante, **vierem a comprometer, com tal comportamento, a eficácia e a integridade** de direitos individuais e/ou coletivos **impregnados** de estatura constitucional, *como sucede na espécie ora em exame*.

**Corretíssimo, portanto, o v. acórdão** emanado do E. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, **que bem examinou** a controvérsia constitucional, **dirimindo-a** com apoio em fundamentos **que têm o beneplácito** da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

**Vale destacar, por oportuno, fragmento** dessa unânime decisão **proferida** pelo E. Tribunal de Justiça local, **cujo teor acha-se a seguir reproduzido, no ponto que interessa à resolução do presente litígio:**

Anoto que é fato incontroverso a inexistência de rede municipal de assistência à pessoa portadora de deficiência física, visual, auditiva, com paralisia cerebral, distúrbios comportamentais, deficiência mental ou com autismo capaz de atender a demanda do Município de Belo Horizonte. Estes os fatos.

No que respeita ao direito, anoto que o art. 196 da Constituição da República dispõe que a saúde é direito de todos e o Estado tem o dever de promover ações preventivas ou de recuperação de quem esteja doente. A norma constitucional enfocada decorre do princípio da dignidade humana estabelecido no art. 1º, III, da mesma Constituição.

Ressalto que é certo que o Poder Judiciário não pode substituir o Poder Executivo na prática do ato administrativo. A missão constitucional deste é a de exercer o controle judicial do referido ato. Deve distanciar-se do critério político, isto é, fica circunscrito apenas em verificar se o agente público atuou dentro dos princípios constitucionais da legalidade, moralidade, eficiência, impessoalidade, finalidade, bem como aos atributos do mesmo ato. Ainda, quando o Poder Judiciário determina ao Poder Executivo o cumprimento de obrigação constitucional e legal, não está substituindo o Administrador Público, mas apenas determinando que se cumpra a lei.

Não se pode perder de vista que o objetivo maior do Administrador é o bem estar público. E, no caso, este bem-estar é a proteção das crianças

e adolescentes em situação de riscos, os quais, efetivamente, têm o direito de serem amparados pelo Poder Público. E este, insista-se, tem a obrigação, dentre outras, de garantir a assistência integral à saúde, conforme estabelece o § 1º, do art. 227, da Constituição da República.

Está patenteado o desrespeito ao direito à saúde, constitucionalmente assegurado ao menor. E, na condição de executor das ações e serviços afetos ao sistema único de saúde, o apelante voluntário omitiu-se quanto ao seu dever elementar.

Portanto, a sentença está correta e merece integral confirmação. Mais do que nunca, **é preciso enfatizar** que o dever estatal de atribuir efetividade aos direitos fundamentais, de índole social, **qualifica-se** como expressiva **limitação** à discricionariedade administrativa.

**Isso significa** que a intervenção jurisdicional, **justificada** pela ocorrência de **arbitrária** recusa governamental em conferir significação real ao direito à saúde, **tornar-se-á plenamente legítima** (sem qualquer ofensa, *portanto, ao postulado* da separação de poderes), **sempre que se impuser**, nesse processo de ponderação de interesses e de valores em conflito, a **necessidade** de fazer prevalecer a *decisão política fundamental* que o legislador constituinte **adotou em tema de respeito e de proteção ao direito à saúde**.

**Cabe referir, neste ponto, ante a extrema pertinência** de suas observações, a **advertência** de LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN, ilustre Procuradora Regional da República, **hoje** eminente Conselheira do Conselho Nacional de Justiça (*Políticas Públicas – A Responsabilidade do Administrador e o Ministério Público*. Max Limonad, 2000. p. 59, 95 e 97), **cujo magistério**, a propósito da **limitada** discricionariedade governamental **em tema de concretização** das políticas públicas constitucionais, **corretamente assinala**:

**Nesse contexto constitucional**, que implica também na renovação das práticas políticas, o administrador **está vinculado** às políticas públicas **estabelecidas** na Constituição Federal; a sua omissão é **passível** de responsabilização e a sua **margem de discricionariedade é mínima, não contemplando o não fazer**.

Como demonstrado no item anterior, **o administrador público está vinculado à Constituição** e às normas infraconstitucionais **para a implementação** das políticas públicas **relativas** à ordem social constitucional, ou seja, própria à finalidade da mesma: o bem-estar e a justiça social.

**Conclui-se, portanto, que o administrador não tem discricionariedade** para deliberar sobre a oportunidade e conveniência de **implementação** de políticas públicas **discriminadas** na ordem social constitucional, **pois tal restou deliberado pelo Constituinte** e pelo legislador que elaborou as normas de integração.

As dúvidas sobre essa margem de discricionariedade devem ser dirimidas pelo Judiciário, **cabendo ao Juiz dar sentido concreto** à norma e **controlar a legitimidade** do ato administrativo (omissivo ou comissivo), **verificando** se o mesmo não contraria sua finalidade constitucional, no caso, **a concretização** da ordem social constitucional. (grifei)

**Não deixo de conferir, no entanto, assentadas** tais premissas, **significativo relevo** ao tema pertinente à “reserva do possível” (SGARBOSSA, Luís Fernando. *Crítica à Teoria dos Custos dos Direitos*. Fabris Editor, 2010. vol. 1; HOLMES, Stephen; SUSTEIN, Cass R. *The Cost of Rights*. New York: Norton, 1999; BARCELLOS, Ana Paula de. *A Eficácia Jurídica dos Princípios Constitucionais*. Renovar, 2002. p. 245/246; GALDINO, Flávio. *Introdução à Teoria dos Custos dos Direitos*. Lumen Juris, 2005. p. 190/198, itens nºs. 9.5 e 9.6. p. 345/347, item nº 15.3), **notadamente em sede de efetivação e implementação** (usualmente onerosas) de determinados direitos **cujo adimplemento, pelo Poder Público, impõe e exige, deste, prestações estatais positivas** concretizadoras de tais prerrogativas individuais e/ou coletivas.

**Não se ignora** que a realização dos direitos econômicos, sociais e culturais – **além** de caracterizar-se pela **gradualidade** de seu processo de concretização – **depende**, em grande medida, de um **inescapável** vínculo financeiro **subordinado** às possibilidades orçamentárias do Estado, **de tal modo** que, **comprovada**, objetivamente, a alegação de incapacidade econômico-financeira da pessoa estatal, **desta não se poderá** razoavelmente exigir, então, **considerada** a limitação material referida, **a imediata efetivação** do comando fundado no texto da Carta Política.

**Não se mostrará lícito, contudo, ao Poder Público, em tal hipótese**, criar obstáculo artificial **que revele** – a partir de **indevida** manipulação de sua atividade financeira e/ou político-administrativa – **o ilegítimo, arbitrário e censurável** propósito **de fraudar, de frustrar e de inviabilizar** o estabelecimento e a preservação, **em favor da pessoa e dos cidadãos**, de condições materiais **mínimas** de existência (ADPF 45/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, *Informativo/STF* nº 345/2004).

**Cumpra advertir, desse modo, que a cláusula** da “reserva do possível” – **ressalvada** a ocorrência de **justo** motivo **objetivamente aferível** – **não pode** ser invocada, **pelo Estado, com a finalidade** de exonerar-se, **dolosamente**, do cumprimento de suas obrigações constitucionais, **notadamente** quando, **dessa conduta governamental negativa, puder resultar** nulificação **ou, até mesmo, aniquilação** de direitos constitucionais **impregnados de um sentido de essencial fundamentalidade**.

**Tratando-se de típico direito de prestação positiva, que se subsume** ao conceito de liberdade real **ou** concreta, **a proteção** à saúde – que compreende **todas** as prerrogativas, individuais **ou** coletivas, **referidas** na Constituição da República (**notadamente** em seu art. 196) – **tem por fundamento** regra constitucional cuja densidade normativa **não permite** que, **em torno** da efetiva realização de tal

comando, o Poder Público **disponha** de um amplo espaço de discricionariedade que lhe enseje maior grau de liberdade de conformação, e **de cujo exercício** possa resultar, *paradoxalmente*, **com base em simples alegação** de mera conveniência e/ou oportunidade, a **nulificação mesma** dessa prerrogativa essencial.

O caso ora em exame **põe em evidência o altíssimo** relevo jurídico-social que **assume**, em nosso ordenamento positivo, **o direito à saúde**, especialmente em face do mandamento **inscrito no art. 196** da Constituição da República, **que assim dispõe**:

**Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido** mediante políticas sociais e econômicas **que visem à redução** do risco de doença e de outros agravos e **ao acesso universal e igualitário** às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (grifei)

*Na realidade*, o **cumprimento** do dever político-constitucional **consagrado** no art. 196 da Lei Fundamental do Estado, **consistente na obrigação** de assegurar, **a todos**, a proteção à saúde, **representa** fator, que, **associado** a um imperativo de solidariedade social, **impõe-se** ao Poder Público, *qualquer que seja a dimensão institucional* em que atue no plano de nossa organização federativa.

A **impostergabilidade** da efetivação desse dever constitucional **desautoriza o acolhimento** do pleito que o Município de Belo Horizonte **deduziu** em sede recursal extraordinária.

**Tal como pude enfatizar** em decisão por mim proferida **no exercício da Presidência** do Supremo Tribunal Federal, **em contexto assemelhado** ao da presente causa (Pet 1.246/SC), **entre proteger a inviolabilidade** do direito à vida e à saúde – **que se qualifica** como direito subjetivo inalienável **a todos** assegurado pela própria Constituição da República (art. 5º, *caput*, e art. 196) – **ou fazer prevalecer**, contra essa prerrogativa fundamental, **um interesse financeiro e secundário** do Estado, **entendo**, uma vez configurado esse dilema, que razões de ordem ético-jurídica **impõem, ao julgador, uma só e possível opção**: aquela **que privilegia** o respeito indeclinável à vida e à saúde humanas.

**Essa relação dilemática**, que se instaura na presente causa, **conduz** os Juízes **deste Supremo Tribunal a proferir decisão que se projeta** *no contexto das denominadas “escolhas trágicas”* (CALABRESI, Guido; BOBBITT, Philip. *Tragic Choices*. W. W. Norton & Company, 1978.), **que nada mais exprimem senão** o estado de tensão dialética **entre** a necessidade estatal de tornar concretas e reais as ações e prestações de saúde **em favor** das pessoas, *de um lado*, e as dificuldades governamentais de viabilizar a alocação de recursos financeiros, **sempre** tão dramaticamente escassos, *de outro*.

**Mas, como precedentemente acentuado**, a missão institucional desta Suprema Corte, **como guardiã da superioridade** da Constituição da República, **impõe, aos seus Juízes, o compromisso de fazer prevalecer** os direitos fundamentais da pessoa, **entre os quais avultam, por sua inegável precedência, o direito à vida e o direito à saúde**.

**Cumpre não perder de perspectiva, por isso mesmo**, que o direito público subjetivo à saúde **representa** prerrogativa jurídica **indisponível**, assegurada à **generalidade** das pessoas **pela própria** Constituição da República. **Traduz** bem jurídico constitucionalmente tutelado, **por cuja integridade deve velar, de maneira responsável**, o Poder Público, **a quem incumbe formular – e implementar –** políticas sociais e econômicas **que visem a garantir, aos cidadãos**, o acesso universal e igualitário à assistência médico-hospitalar.

**O caráter programático** da regra inscrita no art. 196 da Carta Política – que tem por destinatários **todos** os entes políticos **que compõem, no plano institucional, a organização federativa** do Estado brasileiro (JÚNIOR, José Cretella. *Comentários à Constituição de 1988*. Forense Universitária, 1993. vol. VIII/4332-4334, item nº 181.) – **não pode convertê-la em promessa constitucional inconsequente, sob pena** de o Poder Público, **fraudando justas expectativas** nele depositadas pela coletividade, **substituir, de maneira ilegítima, o cumprimento** de seu impostergável dever **por um gesto irresponsável** de infidelidade governamental **ao que determina** a própria Lei Fundamental do Estado.

**Nesse contexto, incide, sobre o Poder Público, a gravíssima** obrigação de tornar efetivas **as ações e prestações de saúde, incumbindo-lhe** promover, **em favor** das pessoas e das comunidades, **medidas** – preventivas e de recuperação –, que, **fundadas** em políticas públicas **idôneas**, tenham por finalidade **viabilizar e dar concreção** ao que prescreve, **em seu art. 196**, a Constituição da República, **tal** como este Supremo Tribunal tem **reiteradamente** reconhecido:

#### **ODIREITO À SAÚDEREPRESENTA CONSEQÜÊNCIA CONSTITUCIONAL INDISSOCIÁVEL DO DIREITO À VIDA.**

– **O direito público subjetivo à saúde** representa prerrogativa jurídica indisponível assegurada à **generalidade** das pessoas pela **própria** Constituição da República (art. 196). **Traduz** bem jurídico constitucionalmente tutelado, por cuja integridade **deve velar, de maneira responsável**, o Poder Público, **a quem incumbe** formular – **e implementar** – políticas sociais e econômicas idôneas que visem a **garantir**, aos cidadãos, o acesso universal e igualitário à assistência farmacêutica e médico-hospitalar.

– **O direito à saúde – além de qualificar-se** como direito fundamental **que assiste a todas as pessoas – representa** conseqüência constitucional **indissociável** do direito à vida. O Poder Público, **qualquer** que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, **não pode mostrar-se indiferente** ao problema da saúde da população, **sob pena** de incidir, ainda que por **censurável** omissão, **em grave comportamento inconstitucional**.

## **A INTERPRETAÇÃO DA NORMA PROGRAMÁTICA NÃO PODE TRANSFORMÁ-LA EM PROMESSA CONSTITUCIONAL INCONSEQÜENTE.**

– O caráter programático da regra inscrita no art. 196 da Carta Política – que tem por destinatários **todos** os entes políticos que compõem, no plano institucional, a organização federativa do Estado brasileiro – **não pode convertê-la** em promessa constitucional inconseqüente, **sob pena** de o Poder Público, **fraudando** justas expectativas nele depositadas pela coletividade, substituir, **de maneira ilegítima**, o cumprimento de **seu** impostergável dever, por um gesto **irresponsável** de infidelidade governamental ao que determina a própria Lei Fundamental do Estado. (RE 393.175-AgR/RS, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

**O sentido de fundamentalidade do direito à saúde (CF, arts. 6º e 196) – que representa**, no contexto da evolução histórica dos direitos básicos da pessoa humana, **uma das expressões** mais relevantes das liberdades reais ou concretas – **impõe** ao Poder Público **um dever de prestação positiva** que **somente** se terá por cumprido, **pelas instâncias governamentais, quando estas** adotarem providências destinadas a promover, **em plenitude, a satisfação efetiva** da determinação **ordenada** pelo texto constitucional.

**Vê-se, desse modo, que, mais do que a simples positivação** dos direitos sociais – **que traduz estágio necessário** ao processo de sua afirmação constitucional e **que atua como pressuposto indispensável** à sua eficácia jurídica (SILVA, José Afonso da. *Poder Constituinte e Poder Popular*. Malheiros, 2000. p. 199, itens nºs 20/21) –, **recai**, sobre o Estado, **inafastável vínculo institucional** consistente em conferir **real efetividade** a tais prerrogativas básicas, **em ordem** a permitir, **às pessoas**, nos casos **de injustificável inadimplemento** da obrigação estatal, **que tenham elas acesso** a um sistema organizado de garantias instrumentalmente vinculadas **à realização, por parte das entidades governamentais, da tarefa** que lhes impôs a **própria** Constituição.

**Não basta, portanto, que o Estado meramente** proclame o reconhecimento formal de um direito. **Torna-se essencial** que, **para além** da simples declaração constitucional desse direito, **seja ele integralmente respeitado e plenamente garantido**, especialmente naqueles casos em que o direito – **como o direito à saúde** – se qualifica como prerrogativa jurídica de que decorre o **poder** do cidadão de exigir, do Estado, **a implementação** de prestações positivas **impostas** pelo próprio ordenamento constitucional.

**Tenho para mim, desse modo, presente** tal contexto, **que o Estado não poderá demitir-se** do mandato constitucional, **juridicamente vinculante**, que lhe foi outorgado pelo art. 196, da Constituição, **e que representa** – **como anteriormente já acentuado** – **fator de limitação** da discricionariedade político-administrativa do Poder Público,

**cujas opções, tratando-se de proteção à saúde, não podem ser exercidas** de modo a comprometer, **com apoio** em juízo de **simples** conveniência ou de mera oportunidade, **a eficácia desse direito básico** de índole social.

**Entendo, por isso mesmo**, como já anteriormente assinalado, **que se revela inviável** o recurso extraordinário **deduzido** pelo Município de Belo Horizonte, **notadamente** em face da jurisprudência que se formou, **no Supremo Tribunal Federal**, sobre a questão ora em análise.

**Nem se atribua, indevidamente**, ao Judiciário, **no contexto em exame**, uma **(inexistente)** intrusão em esfera reservada **aos demais** Poderes da República.

**É que, entre** as inúmeras causas **que justificam** esse comportamento **afirmativo** do Poder Judiciário **(de que resulta uma positiva criação jurisprudencial do direito)**, **inclui-se a necessidade** de fazer prevalecer **a primazia** da Constituição da República, **muitas vezes** transgredida e desrespeitada por pura, simples e conveniente **omissão** dos poderes públicos.

**Na realidade**, o Supremo Tribunal Federal, **ao suprir as omissões inconstitucionais** dos órgãos estatais **e ao adotar** medidas que objetivam restaurar a Constituição violada **pela inércia** dos Poderes do Estado, **nada mais faz** senão cumprir a sua missão institucional **e demonstrar**, *com esse gesto*, o respeito incondicional que tem **pela autoridade** da Lei Fundamental da República.

**A colmatação** de omissões inconstitucionais, **realizada** em sede jurisdicional, **notadamente** quando emanada **desta Corte Suprema**, **torna-se uma necessidade institucional**, quando os órgãos do Poder Público se omitem **ou** retardam, excessivamente, **o cumprimento** de obrigações a que estão sujeitos **por expressa determinação** do próprio estatuto constitucional, **ainda mais se se tiver presente** que o Poder Judiciário, **tratando-se** de comportamentos estatais **ofensivos** à Constituição, **não pode se reduzir** a uma posição de pura passividade.

**As situações configuradoras de omissão inconstitucional – ainda que se cuide de omissão parcial** derivada *da insuficiente concretização*, pelo Poder Público, do conteúdo material da norma impositiva fundada na Carta Política – **refletem comportamento estatal que deve ser repellido**, pois **a inércia do Estado qualifica-se** como uma das causas geradoras *dos processos informais de mudança da Constituição*, **tal como o revela** autorizado magistério doutrinário (FERRAZ, Anna Cândida da Cunha. *Processos Informais de Mudança da Constituição*. Max Limonad, 1986. p. 230/232, item nº 5; MIRANDA, Jorge. *Manual de Direito Constitucional*. 2ª ed. Coimbra Editora, 1988. tomo II/406 e 409; CANOTILHO, J. J. Gomes; MOREIRA, Vital. *Fundamentos da Constituição*. Coimbra Editora, 1991. p. 46, item nº 2.3.4).

**O fato inquestionável é um só: a inércia estatal em tornar efetivas** as imposições constitucionais **traduz inaceitável gesto de desprezo** pela Constituição **e configura** comportamento que revela **um incompreensível** sentimento de desapareço pela autoridade, pelo valor e pelo alto significado **de que se reveste** a Constituição da República.

**Nada mais nocivo, perigoso e ilegítimo** do que elaborar uma Constituição, **sem** a vontade de fazê-la cumprir integralmente, **ou, então, de apenas** executá-la **com o propósito subalterno** de torná-la aplicável **somente** nos pontos que se mostrarem **convenientes** aos desígnios dos governantes, **em detrimento** dos interesses maiores dos cidadãos.

**A percepção** da gravidade e das consequências lesivas **derivadas** do gesto infiel do Poder Público **que transgride**, por omissão **ou** por insatisfatória concretização, **os encargos** de que se tornou depositário, **por efeito** de expressa determinação constitucional, **foi revelada, entre nós, já no período monárquico**, em lúcido magistério, por PIMENTA BUENO (*Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império*, p. 45, reedição do Ministério da Justiça, 1958) e **reafirmada** por eminentes autores contemporâneos *em lições que acentuam o desvalor jurídico do comportamento estatal omissivo* (SILVA, José Afonso da. *Aplicabilidade das Normas Constitucionais*. 3ª ed. Malheiros, 1998. p. 226, item nº 4.; FERRAZ, Anna Cândida da Cunha. *Processos Informais de Mudança da Constituição*. Max Limonad, 1986. P. 217/218; MIRANDA, Pontes de. *Comentários à Constituição de 1967 com a Emenda nº 1 de 1969*. 2ª ed. RT, 1970. v.g. tomo I/15-16).

**O desprestígio da Constituição** – por *inércia* de órgãos meramente constituídos – **representa um dos mais graves aspectos da patologia constitucional**, pois reflete **inaceitável** desprezo, **por parte** das instituições governamentais, **da autoridade suprema** da Lei Fundamental do Estado.

**Essa constatação**, feita por KARL LOEWENSTEIN (*Teoria de la Constitución*. Barcelona: Ariel, 1983. p. 222), **coloca em pauta a fenômeno da erosão da consciência constitucional**, motivado pela instauração, no âmbito do Estado, **de um preocupante processo de desvalorização funcional** da Constituição escrita, **como já ressaltado**, pelo Supremo Tribunal Federal, **em diversos julgamentos, como resulta evidente** da seguinte decisão **consubstanciada** em acórdão assim ementado:

**(...) DESCUMPRIMENTO DE IMPOSIÇÃO CONSTITUCIONAL LEGIFERANTE E DESVALORIZAÇÃO FUNCIONAL DA CONSTITUIÇÃO ESCRITA.**

– **O Poder Público** – **quando se abstém** de cumprir, total **ou** parcialmente, **o dever** de legislar, **imposto** em cláusula constitucional, de caráter mandatório – **infringe**, com esse comportamento negativo, **a própria integridade** da Lei Fundamental, **estimulando**, no âmbito do Estado, **o preocupante fenômeno** da erosão da consciência constitucional (ADI 1.484-DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

– **A inércia estatal em adimplir as imposições constitucionais traduz inaceitável gesto de desprezo** pela autoridade da Constituição e **configura**, por isso mesmo, **comportamento que deve ser evitado**. É que nada se revela mais nocivo, perigoso e ilegítimo do que elaborar uma Constituição, **sem a vontade de fazê-la cumprir integralmente**,

ou, então, de apenas executá-la com o propósito subalterno de torná-la aplicável somente nos pontos que se mostrarem ajustados à conveniência e aos desígnios dos governantes, em detrimento dos interesses maiores dos cidadãos.

**DIREITO SUBJETIVO À LEGISLAÇÃO E DEVER CONSTITUCIONAL DE LEGISLAR: A NECESSÁRIA EXISTÊNCIA DO PERTINENTE NEXO DE CAUSALIDADE.**

– **O direito à legislação** só pode ser invocado pelo interessado, **quando também existir** – simultaneamente imposta pelo próprio texto constitucional – a previsão do dever estatal de emanar normas legais. Isso significa que o direito individual à atividade legislativa do Estado apenas se evidenciará naquelas estritas hipóteses em que o desempenho da função de legislar refletir, por efeito de exclusiva determinação constitucional, uma obrigação jurídica indeclinável imposta ao Poder Público. (...).(RTJ 183/818-819, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno)

**Em tema de implementação** de políticas governamentais **previstas e determinadas** no texto constitucional, **notadamente nas áreas de educação infantil** (RTJ 199/1219-1220) **e de saúde pública** (RTJ 174/687 – RTJ 175/1212-1213), **a Corte Suprema brasileira tem proferido** decisões **que neutralizam os efeitos nocivos, lesivos e perversos resultantes** da inatividade governamental, **em situações** nas quais **a omissão** do Poder Público representava **um inaceitável insulto** a direitos básicos **assegurados pela própria** Constituição da República, **mas cujo exercício** estava sendo **inviabilizado por contumaz** (e irresponsável) **inércia** do aparelho estatal.

**O Supremo Tribunal Federal, em referidos julgamentos, colmatou** a omissão governamental, **conferiu** real efetividade a direitos essenciais, **dando-lhes** concreção, **e, desse modo, viabilizou** o acesso das pessoas **à plena fruição** de direitos fundamentais, cuja realização prática **lhes estava sendo negada**, injustamente, **por arbitrária abstenção** do Poder Público.

**Para além de todas as considerações** que venho de fazer, **há, ainda, um outro** parâmetro constitucional **que merece ser invocado** no caso ora em julgamento.

**Refiro-me ao princípio da proibição do retrocesso**, que, **em tema de direitos fundamentais** de caráter social, **impede que sejam desconstituídas** as conquistas **já alcançadas** pelo cidadão **ou** pela formação social em que ele vive, **consoante adverte** autorizado magistério doutrinário (MENDES, Gilmar Ferreira; INOCÊNCIO MÁRTIRES COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Hermenêutica Constitucional e Direitos Fundamentais*. 1ª ed./2ª tir., p. 127/128. Brasília Jurídica, 2002; CANOTILHO, J. J. Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. Almedina, 1998, p. 320/322, item nº 03; KRELL, Andreas Joachim. *Direitos Sociais e Controle Judicial no Brasil e na Alemanha*. Sergio Antonio Fabris Editor, 2002. p.40; SARLET, Ingo W. Algumas considerações em torno do conteúdo, eficácia

e efetividade do direito à saúde na Constituição de 1988. In: *Interesse Público*. Notadez, 2001. p. 91/107, nº 12; ZUBA, Thais Maria Riedel de Resende. *O Direito Previdenciário e o Princípio da Vedação do Retrocesso*. LTr, 2013. v.g. p. 107/139, itens nºs 3.1 a 3.4).

**Na realidade, a cláusula que proíbe o retrocesso em matéria social traduz, no processo de sua concretização, verdadeira dimensão negativa** pertinente aos direitos sociais de natureza prestacional (como o direito à saúde), **impedindo, em consequência, que os níveis de concretização dessas prerrogativas, uma vez atingidos, venham a ser reduzidos ou suprimidos, exceto na hipótese – de todo inócua – em que políticas compensatórias venham a ser implementadas pelas instâncias governamentais.**

**Lapidar, sob todos os aspectos, o magistério de J. J. GOMES CANOTILHO, cuja lição, a propósito do tema, estimula as seguintes reflexões** (*Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. Almedina, 1998. p. 320/321, item nº 3):

**O princípio da democracia econômica e social aponta para a proibição de retrocesso social.**

A idéia aqui expressa também tem sido designada como proibição de “contra-revolução social” ou da “evolução reaccionária”. **Com isto quer dizer-se** que os direitos sociais e econômicos (ex.: direito dos trabalhadores, direito à assistência, direito à educação), **uma vez obtido** um determinado grau de realização, **passam a constituir**, simultaneamente, uma garantia institucional e um direito subjectivo. A “**proibição de retrocesso social**” nada pode fazer contra as recessões e crises econômicas (reversibilidade fáctica), **mas o princípio em análise limita a reversibilidade dos direitos adquiridos** (ex.: **segurança social**, subsídio de desemprego, **prestações de saúde**), **em clara violação** do princípio da proteção da confiança e da segurança dos cidadãos no âmbito econômico, social e cultural, e do núcleo essencial da existência mínima inerente ao respeito pela dignidade da pessoa humana. O reconhecimento desta proteção de direitos prestacionais de propriedade, subjectivamente adquiridos, constitui um limite jurídico do legislador e, ao mesmo tempo, uma obrigação de prossecução de uma política congruente com os direitos concretos e as expectativas subjectivamente alicerçadas. A violação no núcleo essencial efectivado justificará a sanção de inconstitucionalidade relativamente aniquiladoras da chamada justiça social. Assim, por ex., será inconstitucional uma lei que extinga o direito a subsídio de desemprego ou pretenda alargar desproporcionadamente o tempo de serviço necessário para a aquisição do direito à reforma (...). De qualquer modo, mesmo que se afirme sem reservas a liberdade de conformação do legislador nas leis sociais, as eventuais modificações destas leis devem observar os

princípios do Estado de direito vinculativos da actividade legislativa e o núcleo essencial dos direitos sociais. **O princípio da proibição de retrocesso social pode formular-se assim:** o núcleo essencial dos direitos já realizado e efectivado através de medidas legislativas (“lei da segurança social”, “lei do subsídio de desemprego”, “lei do serviço de saúde”) deve considerar-se constitucionalmente garantido sendo inconstitucionais quaisquer medidas estaduais que, sem a criação de outros esquemas alternativos ou compensatórios, se traduzam na prática numa “anulação”, “revogação” ou “aniquilação” pura e simples desse núcleo essencial. A liberdade de conformação do legislador e inerente auto-reversibilidade têm como limite o núcleo essencial já realizado. (grifei)

**Bem por isso, o Tribunal Constitucional português (Acórdão nº 39/84), ao invocar a cláusula da proibição do retrocesso, reconheceu a inconstitucionalidade de ato estatal que revogara garantias já conquistadas em tema de saúde pública, vindo a proferir decisão assim resumida pelo ilustre Relator da causa, Conselheiro VITAL MOREIRA, em douto voto de que extraio o seguinte fragmento (Acórdãos do Tribunal Constitucional Lisboa: Imprensa Nacional, 1984. vol. 3/95-131, 117-118):**

**Que o Estado não dê a devida realização às tarefas constitucionais, concretas e determinadas, que lhe estão cometidas, isso só poderá ser objecto de censura constitucional em sede de inconstitucionalidade por omissão. Mas quando desfaz o que já havia sido realizado para cumprir essa tarefa, e com isso atinge uma garantia de um direito fundamental, então a censura constitucional já se coloca no plano da própria inconstitucionalidade por acção.**

**Se a Constituição impõe ao Estado a realização de uma determinada tarefa – a criação de uma certa instituição, uma determinada alteração na ordem jurídica –, então, quando ela seja levada a cabo, o resultado passa a ter a protecção directa da Constituição. O Estado não pode voltar atrás, não pode descumprir o que cumpriu, não pode tornar a colocar-se na situação de devedor. (...) Se o fizesse, incorreria em violação positiva (...) da Constituição.**

**Em grande medida, os direitos sociais traduzem-se para o Estado em obrigação de fazer, sobretudo de criar certas instituições públicas (sistema escolar, sistema de segurança social etc.). Enquanto elas não forem criadas, a Constituição só pode fundamentar exigências para que se criem; mas após terem sido criadas, a Constituição passa a proteger a sua existência, como se já existissem à data da Constituição. As tarefas constitucionais impostas ao Estado em sede**

de direitos fundamentais no sentido de criar certas instituições ou serviços não o obrigam apenas a criá-los, **obrigam-no também a não aboli-los uma vez criados.**

Quer isto dizer que a partir do momento em que o Estado cumpre (total ou parcialmente) as tarefas constitucionalmente impostas para realizar um direito social, o respeito constitucional deste deixa de consistir (ou deixar de consistir apenas) numa obrigação **positiva**, para se transformar (ou passar também a ser) numa obrigação **negativa**. O Estado, que estava obrigado a actuar para dar satisfação ao direito social, **passa a estar obrigado a abster-se de atentar contra a realização dada ao direito social.**

Este enfoque dos direitos sociais faz hoje parte integrante da concepção deles a teoria constitucional, mesmo lá onde é escasso o elenco constitucional de direitos sociais e onde, portanto, eles têm de ser extraídos de cláusulas gerais, como a cláusula do “Estado social”. (grifei)

*Em suma: as razões ora expostas convencem-me da inviabilidade do recurso extraordinário deduzido pelo Município de Belo Horizonte, em face das considerações expendidas, **nesta causa**, pelo v. acórdão **proferido** pelo E. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.*

*Isso significa, portanto, considerada a indiscutível primazia constitucional reconhecida à assistência à saúde, que a ineficiência administrativa, o descaso governamental com direitos básicos do cidadão, a incapacidade de gerir os recursos públicos, a incompetência na adequada implementação da programação orçamentária em tema de saúde pública, a falta de visão política na justa percepção, pelo administrador, do enorme significado social de que se reveste a saúde dos cidadãos, a inoperância funcional dos gestores públicos na*

*concretização das imposições constitucionais estabelecidas em favor das pessoas carentes não podem nem devem representar obstáculos à execução, pelo Poder Público, notadamente pelo Estado, das normas inscritas nos arts. 196 e 197 da Constituição da República, que traduzem e impõem, ao próprio Estado, um inafastável dever de cumprimento obrigacional, sob pena de a ilegitimidade dessa inaceitável omissão governamental importar em grave vulneração a direitos fundamentais da cidadania e que são, no contexto que ora se examina, o direito à saúde e o direito à vida.*

*Desse modo, entendo assistir razão ao acórdão proferido pelo E. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que se ajusta, com absoluta fidelidade, à jurisprudência que o Supremo Tribunal Federal firmou na matéria ora em exame.*

*Impende ressaltar, finalmente, no que se refere à alegada transgressão ao postulado constitucional que impõe, ao Poder Judiciário, o dever de motivar suas decisões (CF, art. 93, IX), que o Supremo Tribunal Federal – embora sempre enfatizando*

a *imprescindibilidade* da observância dessa **imposição** da Carta Política (RTJ 170/627-628) – **não confere, a tal prescrição constitucional, o alcance** que lhe pretende dar a parte ora recorrente, **pois, na realidade, segundo** entendimento firmado **por esta própria Corte, “O que a Constituição exige, no art. 93, IX, é que a decisão judicial seja fundamentada; não, que a fundamentação seja correta, na solução das questões de fato ou de direito da lide: declinadas no julgado as premissas, corretamente assentadas ou não, mas coerentes com o dispositivo do acórdão, está satisfeita a exigência constitucional”** (RTJ 150/269, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE – grifei).

**Vale ter presente, a respeito do sentido** que esta Corte tem dado à **norma** inscrita no inciso IX do art. 93 da Constituição, **que os precedentes** deste Tribunal **desautorizam a abordagem hermenêutica** feita pela parte ora recorrente, **como se deduz** de diversos julgados (AI 731.527-AgR/RJ, Rel. Min. GILMAR MENDES – AI 838.209-AgR/MA, Rel. Min. GILMAR MENDES – AI 840.788-AgR/SC, Rel. Min. LUIZ FUX – AI 842.316-AgR/RJ, Rel. Min. LUIZ FUX, v.g.), **notadamente** daqueles referidos pelo eminente Relator do AI 791.792-QO-RG/PE, Rel. Min.

GILMAR MENDES, **em cujo âmbito se reconheceu, a propósito** da cláusula constitucional mencionada, a existência de repercussão geral (RTJ 150/269, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE – AI 529.105-AgR/CE, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA – AI 637.301-AgR/GO, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA – RE 327.143-AgR/PE, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, v.g.).

**Sendo assim**, e tendo em consideração as razões expostas, **nego provimento** ao presente recurso de agravo, **mantendo, em consequência**, a decisão ora agravada.

**É o meu voto.**

#### **EXTRATO DE ATA**

#### **AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 745.745**

PROCED.: MINAS GERAIS

**RELATOR: MIN. CELSO DE MELLO**

AGTE.(S): MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

PROC.(A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

AGDO.(A/S): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROC.(A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**Decisão:** A Turma, por votação unânime, **negou provimento** ao recurso de agravo, nos termos do voto do Relator. **2ª Turma**, 02.12.2014.

Presidência do Senhor Ministro Teori Zavascki. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Gilmar Mendes e Cármen Lúcia.

Subprocuradora-Geral da República, Dra. Cláudia Sampaio Marques.

Ravena Siqueira – Secretária